

Crescendo com valor



Celulose Irani S.A. – CNPJ 92.791.243/0001-03

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) e com sede na Rua General João Manoel, nº157, 9º andar, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

Em 30 de dezembro de 2014 o conselho da Companhia autorizou as incorporações das controladas Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. e Irani Trading S.A. que visam à simplificação de suas estruturas organizacionais e societárias, propiciando, assim, uma redução de seus custos administrativos e operacionais. O saldo dos investimentos e de valores a receber e a pagar das controladas São Roberto S.A. e Irani Trading S.A. foram eliminados no processo de incorporação. Adicionalmente a Companhia absorveu o ágio mantido pela controlada São Roberto S.A. no montante de R\$ 104.380, o qual foi reconhecido no ativo intangível, fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura e sujeito à análise de recuperabilidade anual pela Companhia. O patrimônio líquido das controladas São Roberto S.A. e Irani Trading S.A. incorporado na controladora foi no montante de R\$ 243.991 (R\$ 123.358 e R\$ 120.633 respectivamente) com base nos balanços levantados pelas controladas em 30 de novembro de 2014. O valor de equivalência patrimonial das controladas São Roberto S.A. e Irani Trading S.A. reconhecido no resultado da controladora referente ao mês de dezembro de 2014 foi no montante de R\$ 3.144 (R\$ 1.857 e R\$ 1.287 respectivamente). A operação de incorporação das controladas citadas acima não causaram alterações no valor do patrimônio líquido da Companhia devido ao fato de que a controladora possuía 100% de participação nas controladas que foram incorporadas.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda, ambas as empresas do Grupo Habitasul.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais da “Controladora” foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras intermediárias individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras intermediárias separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e ativos imobilizados mensurados ao custo atribuído na data de 01 de janeiro de 2009, data da adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos ICPC10/CPC 27, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando

qualificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. O caixa e equivalentes de caixa estão classificados nas categorias de instrumentos financeiros como “empréstimos e recebíveis”.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. As contas a receber de clientes estão classificadas nas categorias de instrumentos financeiros como “empréstimos e recebíveis”.

d) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, o qual ocorre e incorre em perdas para *impairment* somente se há evidências objetivas de que um ou mais eventos tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) mudanças adversas nas condições e/ou economia que indiquem redução nos fluxos de caixa futuros estimados das carteiras dos ativos financeiros.

Havendo evidências de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros é estimada e a perda por *impairment* reconhecida na demonstração de resultado.

e) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras intermediárias individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

g) Propriedade para investimento

O imóvel classificado como propriedade para investimento está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, com exceção do terreno, que será utilizado para construção de um o parque eólico onde a controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda., estará futuramente desenvolvendo atividades de geração de energia, que está reconhecido a valor justo.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que encontra-se alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

h) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando

aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por *Goodwill*, licenças de *softwares*, marca e carteira de clientes.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas registradas na Companhia não possuem vida útil definida e por esse motivo não estão sendo amortizadas.

A carteira de clientes, adquirida em uma combinação de negócios, foi reconhecida pelo valor justo na data da aquisição e é contabilizada pelo seu valor

justo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

i) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidas as despesas de venda periodicamente, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa nº15.

j) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

k) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do período. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus tributos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais

diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos para as controladas com regime tributário de lucro presumido, quanto ao valor justo dos ativos biológicos e o custo atribuído dos ativos imobilizados.

l) Captações e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

m) Hedge de fluxo de caixa (*Hedge Accounting*)

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os instrumentos de *hedge* usados nas operações são altamente eficazes na compensação das variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 22.

A parcela efetiva das variações no valor dos instrumentos de *hedge* designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado do período.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* que protege as operações altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado do período.

Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado do período.

n) Arrendamento mercantil

Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do período. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 14.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

Como arrendador

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do *leasing* operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

o) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

p) Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados, com base em metodologia própria de apuração que leva em conta o lucro atribuído a cada um dos segmentos operacionais. As provisões são reconhecidas em relação aos termos de acordo firmados entre a Companhia e os representantes dos empregados os quais são anualmente revisados.

q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos exercícios.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras intermediárias, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras intermediárias incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 14), a realização dos créditos tributários diferidos (nota explicativa nº 11), provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6 e nº 10), avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 15), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 21), além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Governo Estadual de Santa Catarina e também do Estado de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora o incentivo fiscal detido não esteja em julgamento pelo STF, a Companhia vem acompanhando, por seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras intermediárias.

r) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência nos períodos e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

s) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares. Na receita total consolidada são eliminadas as receitas entre a Controladora e as Controladas.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;

- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

t) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de tributos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período.

u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras intermediárias apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		
Empresas controladas - participação direta	31.03.15	31.12.14
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável S.A.	100,00	100,00
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	99,99	99,99
Irani Geração de Energia Sustentável LTDA	99,43	99,43

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

As operações de cada uma das controladas estão descritas na nota explicativa nº 12.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Fundo fixo	28	27	31	30
Bancos	11.019	4.224	11.305	4.411
Aplicações financeiras de liquidez imediata	71.351	149.697	83.973	161.544
	<u>82.398</u>	<u>153.948</u>	<u>95.309</u>	<u>165.985</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são remuneradas com renda fixa – CDB, à taxa média de 101,50 % do CDI e possuem vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	141.266	130.196	144.376	133.171
Clientes - mercado externo	19.480	11.245	19.480	11.245
	<u>160.746</u>	<u>141.441</u>	<u>163.856</u>	<u>144.416</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.914)	(13.836)	(14.572)	(14.494)
	<u>146.832</u>	<u>127.605</u>	<u>149.284</u>	<u>129.922</u>

Em 31 de março de 2015, no consolidado de contas a receber de clientes encontram-se vencidos e não provisionados um montante de R\$ 17.566, referente a clientes independentes que não apresentam históricos de inadimplência.

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
À vencer	129.537	108.576	131.718	110.364
Vencidos até 30 dias	8.630	10.405	8.652	10.629
Vencidos de 31 a 60 dias	2.550	3.580	2.589	3.719
Vencidos de 61 a 90 dias	2.543	1.719	2.545	1.719
Vencidos de 91 a 180 dias	869	1.541	998	1.698
Vencidos há mais de 180 dias	16.617	15.620	17.354	16.287
	<u>160.746</u>	<u>141.441</u>	<u>163.856</u>	<u>144.416</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 48 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Saldo no início do período	(13.836)	(6.933)	(14.494)	(13.979)
Incorporação controlada São Roberto S.A.	-	(6.420)	-	-
Provisões para perdas reconhecidas	(97)	(644)	(97)	(705)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	-	161	-	190
Valores recuperados no período	19	-	19	-
Saldo no final do período	<u>(13.914)</u>	<u>(13.836)</u>	<u>(14.572)</u>	<u>(14.494)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 68.896 está cedida como garantia de algumas operações financeiras conforme notas explicativas nº 16 e 17.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de março de 2015 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia conforme abaixo:

Qualidade contas a receber

Classe de cliente	% Histórico	Consolidado	
		Valor a receber	
a) Clientes sem histórico de atraso	90,88	119.705	
b) Clientes com histórico de atraso de até 7 dias	6,97	9.181	
c) Clientes com histórico de atraso superior a 7 dias	2,15	2.832	
		<u>131.718</u>	

- a) Clientes pontuais que não apresentam qualquer histórico de atraso.
 b) Clientes imprecisos que apresentam histórico de atraso de até 7 dias, sem histórico de inadimplência.
 c) Clientes imprecisos que apresentam histórico de atraso superior a 7 dias, sem histórico de inadimplência.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Produtos acabados	8.033	7.763	8.033	7.763
Materiais de produção	38.295	32.025	38.295	32.025
Materiais de consumo	20.490	20.211	20.564	20.272
Outros estoques	562	3.126	562	3.126
	<u>67.380</u>	<u>63.125</u>	<u>67.454</u>	<u>63.186</u>
Redução ao valor realizável líquido	<u>(777)</u>	<u>(537)</u>	<u>(777)</u>	<u>(537)</u>
	<u>66.603</u>	<u>62.588</u>	<u>66.677</u>	<u>62.649</u>

O custo dos estoques reconhecido como despesa no primeiro trimestre de 2015 foi de R\$ 129.713 (R\$ 128.752 no primeiro trimestre de 2014) na controladora e R\$ 127.933 (138.303 no primeiro trimestre de 2014) no consolidado.

O custo dos estoques reconhecido no resultado do primeiro trimestre de 2015 inclui redução ao valor realizável líquido no valor de R\$ 240. A Administração espera que os demais itens de estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
ICMS	7.793	8.170	7.793	8.170
PIS/COFINS	1.220	695	1.220	695
IPI	334	333	334	333
Imposto de renda	340	255	340	255
Contribuição social	39	87	39	87
IRRF s/ aplicações	2.502	1.179	2.502	1.179
	<u>12.228</u>	<u>10.719</u>	<u>12.228</u>	<u>10.719</u>
Parcela do circulante	8.820	7.094	8.820	7.094
Parcela do não circulante	3.408	3.625	3.408	3.625

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Banco do Brasil - Nova York	4.272	2.073	4.272	2.073
Total circulante	<u>4.272</u>	<u>2.073</u>	<u>4.272</u>	<u>2.073</u>

Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em maio de 2015. Por ocasião de repactuação de contrato objeto da retenção realizada em 26 de setembro de 2014, até maio de 2017 serão exigidos somente os juros do contrato.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Adiantamento a fornecedores	6.512	2.778	6.539	2.815
Créditos de funcionários	1.832	2.128	1.844	2.142
Renegociação de clientes	21.738	20.600	21.769	20.631
Despesas antecipadas	1.130	1.380	1.130	1.380
Crédito a receber XKW Trading	4.717	4.554	4.717	4.554
Outros créditos	1.592	1.709	1.623	1.741
	<u>37.521</u>	<u>33.149</u>	<u>37.622</u>	<u>33.263</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa renegociação	(2.751)	(2.043)	(2.751)	(2.043)
	<u>34.770</u>	<u>31.106</u>	<u>34.871</u>	<u>31.220</u>
Parcela do circulante	32.257	28.676	32.332	28.763
Parcela do não circulante	2.513	2.430	2.539	2.457

Renegociação de clientes – refere-se a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em 2018 e a taxa média de atualização é de 1% a 2% ao mês, reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos têm cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

A Companhia avalia os clientes em renegociação e, quando aplicável, realiza provisão para perdas sobre o montante dos créditos renegociados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Saldo no início do período	(2.043)	(1.840)	(2.043)	(1.840)
Provisões para perdas reconhecidas	(708)	(249)	(708)	(249)
Valores recuperados no período		46		46
Saldo no final do período	<u>(2.751)</u>	<u>(2.043)</u>	<u>(2.751)</u>	<u>(2.043)</u>

Despesas antecipadas – refere-se principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do período mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

Créditos a receber XKW Trading Ltda – refere-se à venda da então Controlada Meu Móvel de Madeira Ltda em 20 de dezembro de 2012, em parcelas anuais com vencimento final no ano de 2016.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou para os exercícios de 2014 e de 2015 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados tributos diferidos passivos, tratado como RTT (Regime Tributário de Transição) e registrado nesta mesma conta.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	8.420	11.037	8.420	11.037
Sobre prejuízo fiscal	7.132	2.614	7.132	2.614
Hedge de fluxo de caixa	34.989	18.353	34.989	18.353
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	3.031	3.973	3.031	3.973
Sobre prejuízo fiscal	2.568	941	2.568	941
Hedge de fluxo de caixa	12.596	6.607	12.596	6.607
	<u>68.736</u>	<u>43.525</u>	<u>68.736</u>	<u>43.525</u>
PASSIVO				
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	1.721	1.793	1.721	1.793
Valor justo dos ativos biológicos	34.896	35.687	37.064	37.817
Custo atribuído do ativo imobilizado	122.909	122.852	130.509	130.451
Subvenção governamental	824	763	824	763
Carteira de clientes	1.326	1.383	1.326	1.383
Marca	327	327	327	327
Amortização ágio fiscal	4.792	3.892	4.792	3.892
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	620	645	620	645
Valor justo dos ativos biológicos	12.563	12.847	13.733	13.997
Custo atribuído do ativo imobilizado	44.244	44.255	46.980	46.991
Subvenção governamental	297	275	297	275
Carteira de clientes	477	495	477	495
Marca	118	118	118	118
Amortização ágio fiscal	1.725	1.402	1.725	1.402
	<u>226.839</u>	<u>226.734</u>	<u>240.513</u>	<u>240.349</u>
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>158.103</u>	<u>183.209</u>	<u>171.777</u>	<u>196.824</u>

A Administração reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a

Administração estima que os saldos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Ativo de imposto diferido	Consolidado
Período	31.03.15
2015	12.731
2016	14.569
2017	13.698
2018	10.140
2019 em diante	17.598
	<u>68.736</u>

Passivo de imposto diferido	Consolidado
Período	31.03.15
2015	8.177
2016	8.995
2017	9.895
2018	10.884
2019 em diante	202.562
	<u>240.513</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é assim demonstrada:

Controladora ativo	Saldo inicial 31.12.14	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo final 31.03.15
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Provisão para participações	(3.896)	1.429	-	(2.467)
Provisão para riscos diversos	(11.063)	2.130	-	(8.933)
Hedge de fluxo de caixa	(24.960)	-	(22.625)	(47.585)
Outros	(51)	-	-	(51)
Total diferenças temporárias	(39.970)	3.559	(22.625)	(59.036)
Prejuízos fiscais	(3.555)	(6.145)	-	(9.700)
	<u>(43.525)</u>	<u>(2.586)</u>	<u>(22.625)</u>	<u>(68.736)</u>
Consolidado ativo	Saldo inicial 31.12.14	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo final 31.03.15
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Provisão para participações	(3.896)	1.429	-	(2.467)
Provisão para riscos diversos	(11.063)	2.130	-	(8.933)
Hedge de fluxo de caixa	(24.960)	-	(22.625)	(47.585)
Outros	(51)	-	-	(51)
Total diferenças temporárias	(39.970)	3.559	(22.625)	(59.036)
Prejuízos fiscais	(3.555)	(6.145)	-	(9.700)
	<u>(43.525)</u>	<u>(2.586)</u>	<u>(22.625)</u>	<u>(68.736)</u>

Controladora passivo	Saldo inicial 31.12.14	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.03.15
Impostos diferidos passivos com relação a:			
Variação cambial reconhecida por caixa	2.438	(97)	2.341
Valor justo dos ativos biológicos	48.534	(1.075)	47.459
Custo atribuído e revisão da vida útil	167.107	46	167.153
Subvenção governamental	1.038	83	1.121
Carteira de clientes	1.878	(75)	1.803
Marca	445	-	445
Amortização ágio fiscal	5.294	1.224	6.517
	<u>226.734</u>	<u>106</u>	<u>226.839</u>
Consolidado passivo	Saldo inicial 31.12.14	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.03.15
Impostos diferidos passivos com relação a:			
Variação cambial reconhecida por caixa	2.438	(97)	2.341
Valor justo dos ativos biológicos	51.814	(1.017)	50.797
Custo atribuído e revisão da vida útil	177.442	47	177.489
Subvenção governamental	1.038	83	1.121
Carteira de clientes	1.878	(75)	1.803
Marca	445	-	445
Amortização ágio fiscal	5.294	1.224	6.517
	<u>240.349</u>	<u>165</u>	<u>240.513</u>

12. INVESTIMENTOS

	Habitasul Florestal	Irani Trading	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	São Roberto	Irani Geração de Energia	Total
Em 31 de dezembro de 2013	119.868	116.119	67.734	1.165	44.038	297	349.221
Resultado da equivalência patrimonial	20.461	15.846	8.928	(26)	10.585	(147)	55.647
Dividendos propostos	(19.159)	(10.046)	(21.975)	-	-	-	(51.180)
Aporte capital	-	1	57.648	-	70.592	236	128.477
Adiantamento futuro aumento capital	10.743	-	-	31	-	-	10.774
Outras movimentações	-	-	-	(394)	-	-	(394)
Cisão	-	-	-	(236)	-	-	(236)
Incorporação da Irani Trading pela Irani	-	(121.920)	-	-	-	-	(121.920)
Incorporação da São Roberto pela Irani	-	-	-	-	(125.215)	-	(125.215)
Em 31 de dezembro de 2014	131.913	-	112.335	540	-	386	245.174
Resultado da equivalência patrimonial	1.781	-	4.531	(1)	-	(45)	6.266
Em 31 de março de 2015	133.694	-	116.866	539	-	341	251.440
Passivo	21.951	-	1.421	-	-	14	
Patrimônio líquido	133.695	-	116.877	539	-	343	
Ativo	155.646	-	118.298	539	-	357	
Receita líquida	2.979	-	7.954	-	-	-	
Resultado do período	1.781	-	4.531	(1)	-	(45)	
Participação no capital em %	100,00	100,00	99,99	100,00	100,00	99,43	

A controlada Habitasul Florestal S.A., realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pinus e extração de resinas no Estado do Rio Grande do Sul.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada na data de 30 de abril de 2014, os acionistas da controlada Habitasul Florestal S.A. deliberaram a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 13.915, que foram colocados à disposição dos acionistas até 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014 foram destinados os dividendos mínimos e obrigatórios de 25% no valor de R\$ 5.244.

A controlada Irani Trading S.A., realizava até 30 de dezembro de 2014, quando incorporada a Controladora, operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada na data de 29 de abril de 2014, os acionistas da controlada Irani Trading S.A. deliberaram a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 10.046, que foram colocados a disposição dos acionistas até 31 de dezembro de 2014.

A controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., realiza operações de administração e comercialização de florestas plantadas para a controladora Celulose Irani S.A. e também para o mercado, sendo tais operações realizadas no Estado de Santa Catarina.

No exercício de 2014, a Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S.A., no valor de R\$ 57.648 integralizados mediante incorporação de ativos florestais no valor de R\$ 57.644 e o valor de R\$ 4 em moeda corrente. Em 22 de agosto de 2014 houve a aprovação de dividendos

referentes ao exercício de 2013, no valor de R\$ 13.570. Em 15 de dezembro de 2014 através de ata da reunião dos sócios foi aprovada a distribuição de lucros com base no balanço intermediário de 30 de novembro de 2014 no valor de R\$ 8.405.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável S.A., foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa continua em fase de avaliação dos seus projetos para implementá-los.

Em 30 de janeiro de 2014 através da 5ª alteração contratual da controlada HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., aprovou-se a Cisão Parcial desta sociedade, uma vez que o valor das parcelas patrimoniais que foram vertidas ao patrimônio da sociedade Irani Geração de Energia Sustentável Ltda. representaram o montante de R\$ 236.

Em 22 de agosto de 2014 a São Roberto S.A. recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S.A. no valor de R\$ 70.592, conforme especificado na nota explicativa nº 17.

A São Roberto S.A. que foi incorporada pela controladora Celulose Irani S.A. em 30 de dezembro de 2014, tinha como atividades preponderantes aquelas relacionadas à industrialização de papéis para embalagens utilizados em consumo próprio, e também produção e vendas de papelão ondulado, especificamente chapas, caixas e acessórios.

A controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda., foi constituída em 02 de dezembro 2013 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa está em fase de avaliação dos seus projetos para implementá-los.

Em 30 de janeiro de 2014 através da 1ª alteração contratual da controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda., aprovou-se a Incorporação da parcela patrimonial cindida da HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda. no montante de R\$ 236.

13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
Controladora

	Terrenos	Edificações	Total
	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014			
Saldo inicial	-	-	-
Incorporação São Roberto	16.267	-	16.267
Incorporação Irani Trading	160	3.927	4.087
Saldo contábil líquido	16.427	3.927	20.354
Custo	16.427	4.403	20.830
Depreciação acumulada	-	(476)	(476)
Saldo contábil líquido	16.427	3.927	20.354
Em 31 de março de 2015			
Saldo inicial	16.427	3.927	20.354
Depreciação	-	(44)	(44)
Saldo contábil líquido	16.427	3.883	20.310
Custo	16.427	4.403	20.830
Depreciação acumulada	-	(520)	(520)
Saldo contábil líquido	16.427	3.883	20.310

Consolidado

	Terrenos	Edificações	Total
	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014			
Saldo inicial	-	-	-
Incorporação Irani Trading	160	3.927	4.087
Saldo contábil líquido	160	3.927	4.087
Custo	160	4.403	4.563
Depreciação acumulada	-	(476)	(476)
Saldo contábil líquido	160	3.927	4.087
Em 31 de março de 2015			
Saldo inicial	160	3.927	4.087
Depreciação	-	(44)	(44)
Saldo contábil líquido	160	3.883	4.043
Custo	160	4.403	4.563
Depreciação acumulada	-	(520)	(520)
Saldo contábil líquido	160	3.883	4.043

Terrenos

Se refere principalmente a terrenos mantidos pela controladora, para futuras instalações de parques eólicos no estado do Rio Grande do Sul, e estão reconhecidos a valor justo conforme laudo de avaliação. A implantação de parques eólicos esta em fase de avaliação de projetos através da controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda.

Edificações

Se refere a edificações localizadas em Rio Negrinho - SC, tais edificações encontram-se alugadas para empresas da região, e estão registradas a valor residual contábil na data do balanço, visto que as avaliações feitas apontaram que o valor de mercado líquido de comissões e custos para comercialização esta acima do valor residual contábil. As receitas geradas pela propriedade para investimento que encontra-se alugadas são reconhecidas no resultado.



14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	(*) Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Bens contratados em <i>leasing</i> financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2014									
Saldo inicial	123.887	32.923	326.117	651	4.419	74.424	12.949	12.741	588.111
Incorporação São Roberto	74.421	33.977	11.979	386	609	6.239	55	-	127.666
Incorporação Irani Trading	1.147	82.887	19	-	18	-	-	-	84.071
Aquisições	-	47	36.559	2.605	671	29.445	-	-	69.327
Baixas	-	-	(1.243)	(159)	(27)	(534)	(483)	-	(2.446)
Transferências	-	7.414	81.506	32	1.097	(90.049)	-	-	-
Transferência para propriedade para investimento	(16.427)	(3.898)	(19)	-	(10)	-	-	-	(20.354)
Depreciação	-	(1.228)	(35.451)	(484)	(1.058)	-	(3.369)	(642)	(42.232)
Saldo contábil líquido	183.028	152.122	419.467	3.031	5.719	19.525	9.152	12.099	804.143
Custo	183.028	201.052	762.975	5.119	14.837	19.525	28.678	16.061	1.231.275
Depreciação acumulada	-	(48.930)	(343.508)	(2.088)	(9.118)	-	(19.526)	(3.962)	(427.132)
Saldo contábil líquido	183.028	152.122	419.467	3.031	5.719	19.525	9.152	12.099	804.143
Em 31 de março de 2015									
Saldo inicial	183.028	152.122	419.467	3.031	5.719	19.525	9.152	12.099	804.143
Aquisições	-	-	1.380	-	216	8.196	-	-	9.792
Baixas	(1)	-	(25)	-	-	(154)	-	-	(180)
Transferências	-	1.149	4.049	-	264	(5.462)	-	-	-
Depreciação	-	(680)	(11.866)	(173)	(251)	-	(791)	(161)	(13.922)
Saldo contábil líquido	183.027	152.591	413.005	2.858	5.948	22.105	8.361	11.938	799.833
Custo	183.027	201.737	768.404	5.119	14.919	22.105	28.678	16.061	1.240.049
Depreciação acumulada	-	(49.146)	(355.399)	(2.261)	(8.971)	-	(20.317)	(4.122)	(440.216)
Saldo contábil líquido	183.027	152.591	413.005	2.858	5.948	22.105	8.361	11.939	799.833



Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	(*) Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Bens contratados em <i>leasing</i> financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2014									
Saldo inicial	251.586	154.282	371.703	1.049	4.747	79.254	13.041	12.741	888.403
Aquisições	6	47	6.221	2.617	1.164	33.114	4	-	43.173
Baixas	(33)	-	(1.310)	(202)	(39)	(535)	(507)	-	(2.626)
Transferências	-	8.175	82.134	336	1.216	(91.861)	-	-	-
Transferência para propriedade para investimento	(160)	(3.898)	(19)	-	(10)	-	-	-	(4.087)
Depreciação	-	(4.637)	(39.244)	(506)	(990)	-	(3.372)	(642)	(49.391)
Saldo contábil líquido	251.399	153.969	419.485	3.294	6.088	19.972	9.166	12.099	875.472
Custo	251.399	205.574	763.001	5.454	15.390	19.972	28.718	16.061	1.305.569
Depreciação acumulada	-	(51.605)	(343.516)	(2.160)	(9.302)	-	(19.552)	(3.962)	(430.097)
Saldo contábil líquido	251.399	153.969	419.485	3.294	6.088	19.972	9.166	12.099	875.472
Em 31 de março de 2015									
Saldo inicial	251.399	153.969	419.485	3.294	6.088	19.972	9.166	12.099	875.472
Aquisições	-	-	1.409	204	205	8.195	-	-	10.013
Baixas	(1)	-	(25)	-	-	(154)	-	-	(180)
Transferências	-	1.149	4.049	-	264	(5.462)	-	-	-
Depreciação	-	(726)	(11.869)	(177)	(256)	-	(793)	(160)	(13.981)
Saldo contábil líquido	251.398	154.392	413.049	3.321	6.301	22.551	8.373	11.939	871.324
Custo	251.398	206.259	768.456	5.658	14.218	22.551	28.718	16.061	1.313.319
Depreciação acumulada	-	(51.867)	(355.407)	(2.337)	(7.917)	-	(20.345)	(4.122)	(441.995)
Saldo contábil líquido	251.398	154.392	413.049	3.321	6.301	22.551	8.373	11.939	871.324

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

Controladora	Marca	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Saldo inicial	-	-	-	1.016	1.016
Aquisições	-	-	-	276	276
Incorporação São Roberto S.A.	1.473	104.380	5.502	-	111.355
Amortização	-	-	-	(371)	(371)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	5.502	921	112.276
Custo	1.473	104.380	5.502	7.661	119.016
Amortização acumulada	-	-	-	(6.740)	(6.740)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	5.502	921	112.276
Em 31 de março de 2015					
Saldo inicial	1.473	104.380	5.502	921	112.276
Aquisições	-	-	-	468	468
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	(196)	(214)	(410)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	5.306	1.175	112.334
Custo	1.473	104.380	5.502	8.129	119.484
Amortização acumulada	-	-	(196)	(6.954)	(7.150)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	5.306	1.175	112.334
Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2014					
Saldo inicial	1.473	104.380	6.294	1.016	113.163
Aquisições	-	-	-	811	811
Amortização	-	-	(792)	(371)	(1.163)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	5.502	1.456	112.811
Custo	1.473	104.380	7.081	6.621	119.555
Amortização acumulada	-	-	(1.579)	(5.165)	(6.744)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	5.502	1.456	112.811
Em 31 de março de 2015					
Saldo inicial	1.473	104.380	5.502	1.456	112.811
Aquisições	-	-	-	468	468
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	(196)	(214)	(410)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	5.306	1.710	112.869
Custo	1.473	104.380	7.081	7.089	120.023
Amortização acumulada	-	-	(1.775)	(5.379)	(7.154)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	5.306	1.710	112.869

c) Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %	
	31.03.15	31.12.14
Prédios e construções *	2,19	2,19
Equipamentos e instalações **	5,86	5,86
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71	5,71
Veículos e tratores	20,00	20,00
Softwares	20,00	20,00
Carteira de clientes	11,11	11,11

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de leasing financeiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo da Companhia, dentre as quais podemos destacar a ampliação do prédio da expedição da máquina de papel nº 1, necessário em função do aumento de volume de produção desta máquina, e que será finalizado em 2015.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido, pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Os compromissos assumidos estão registrados como captações no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na unidade Embalagem SP – Indaiatuba que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado no primeiro trimestre de 2015 e no primeiro trimestre de 2014 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.03.14	31.03.15	31.03.14
Administrativos	318	320	377	381
Produtivos	13.648	9.286	13.648	11.044
	<u>13.966</u>	<u>9.606</u>	<u>14.025</u>	<u>11.425</u>

A abertura da amortização do intangível no primeiro trimestre de 2015 e no primeiro trimestre de 2014 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.03.14	31.03.15	31.03.14
Administrativos	349	77	348	246
Produtivos	62	14	62	43
	<u>411</u>	<u>91</u>	<u>410</u>	<u>289</u>

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (Impairment)

Não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações dos ativos da Companhia e suas controladas no primeiro trimestre de 2015.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados em garantia de operações financeiras, conforme descrito abaixo.

	<u>31.03.15</u>
Equipamentos e instalações	108.623
Prédios e construções	40.680
Terrenos	<u>233.868</u>
Total de imobilizado em garantias	<u>383.171</u>

g) Marca registrada

A marca registrada adquirida na combinação de negócios entre a São Roberto S.A. e a Wave Participações S.A. foi reconhecida pelo valor justo de R\$ 1.473 na data da aquisição. A marca registrada não possui vida útil definida, não sofrendo assim amortização. A São Roberto S.A. foi incorporada pela controladora em 30 de dezembro de 2014, e a marca mantida para as operações de comercialização de seus produtos.

h) Carteira de clientes

A carteira de clientes adquirida na combinação de negócios entre a São Roberto S.A. e a Wave Participações S.A. está reconhecida pelo valor justo de R\$ 6.617 e sofreu no primeiro trimestre de 2015 uma amortização de R\$ 196 (R\$ 198 no primeiro trimestre de 2014), e apresenta um saldo contábil líquido de R\$ 5.306. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

i) Goodwill

O *goodwill* no valor de R\$ 104.380 é atribuível à expectativa de rentabilidade futura e as economias de escala esperadas da combinação das operações da Companhia e a controlada São Roberto S.A. esta incorporada pela controladora em 30 de dezembro de 2014.

A formação do *goodwill* esta demonstrada conforme abaixo:

Participação adquirida	100%
Contraprestação transferida	7.500
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	96.880
<i>Goodwill</i>	<u>104.380</u>

Teste do intangível para verificação de *impairment*:

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa. O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de seis anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas. Em 31 de março de 2015 não foi necessária a realização do teste, pois o mesmo é realizado anualmente.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que foi calculado através do método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) e que ainda considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizado pela Companhia para financiar suas atividades.

Os principais dados utilizados para cálculo do fluxo de caixa descontado estão apresentadas a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Geração de caixa estimada (EBITDA)	16.824	24.244	28.207	31.035	34.046	37.252
Taxa de crescimento estimada	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%
Taxa de desconco (<i>Wacc</i>)	12,89%	12,89%	12,89%	12,89%	12,89%	12,89%

15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem principalmente o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais. Como a colheita das florestas plantadas é realizada em função da utilização de matéria prima e das vendas de madeira, e todas as áreas são replantadas, a variação do valor justo desses ativos biológicos não sofre efeito significativo no momento da colheita.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Custo de formação dos ativos biológicos	37.221	36.509	56.032	55.681
Diferencial do valor justo ativos biológicos	62.738	64.605	222.968	225.940
	<u>99.959</u>	<u>101.114</u>	<u>279.000</u>	<u>281.621</u>

Do total de ativos biológicos, R\$ 182.872 são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, e estão localizados próximos à fábrica de celulose e papel em Vargem Bonita (SC), onde são consumidos. Destes o montante de R\$ 137.542 se referem a florestas formadas que possuem mais de seis anos. O restante dos valores refere-se a florestas em formação, as quais ainda necessitam de tratamentos silviculturais.

A colheita destas florestas é realizada principalmente em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende a demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 96.128, e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

- a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model – CAPM*). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e

- considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados nos três últimos anos, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
 - (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
 - (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
 - (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos periodicamente, (em geral trimestralmente) considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras intermediárias.

Entre as principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos estão: i) a remuneração dos ativos próprios que contribuem (arrendamento) à taxa de 3% ao ano, e ii) à taxa de desconto de 8,5% ao ano para os ativos de áreas próprias em SC e no RS, e taxa de 9,5% para os ativos de áreas de parcerias em SC.

Neste período a Companhia validou as premissas e critérios utilizados para as avaliações do valor justo dos seus ativos biológicos, e realizou avaliação de todos seus ativos biológicos.

Não houve no primeiro trimestre de 2015 outros eventos que impactassem a desvalorização dos ativos biológicos, como temporais, raios e outros que podem afetar as florestas.

Principais movimentações

As movimentações do período são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	146.638	268.725
Plantio	4.338	4.908
Aquisição de floresta	190	190
Exaustão		
Custo histórico	(1.115)	(3.692)
Valor justo	(266)	(17.926)
Transferência para capitalização em controlada	(57.644)	-
Varição do valor justo	8.973	29.416
Saldo em 31.12.14	101.114	281.621
Plantio	1.046	1.291
Exaustão		
Custo histórico	(334)	(939)
Valor justo	-	(3.483)
Varição do valor justo	(1.867)	510
Saldo em 31.03.15	99.959	279.000

A exaustão dos ativos biológicos do primeiro trimestre de 2015 e do exercício de 2014 foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

No exercício de 2014, foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 57.644. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais e a captação de recursos através de CDCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia possui parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras no valor de R\$ 144.349, o que representa aproximadamente 52% do valor total dos ativos biológicos, e equivale a 24,4 mil hectares de terras utilizadas, com aproximadamente 11,5 mil hectares de florestas plantadas.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nestas áreas sejam colhidas em um ciclo de aproximadamente 15 anos. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros representa aproximadamente 10% da área total com ativos biológicos da Companhia.

16. CAPTAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Circulante				
Moeda nacional				
Finame	a) 8.310	8.487	8.310	8.487
Capital de giro	b) 40.308	40.832	40.308	40.832
Capital de giro - CDCA	c) 22.749	20.675	22.749	20.675
Leasing financeiro	d) 793	886	793	886
BNDES	e) 12.721	12.499	12.721	12.499
Total moeda nacional	84.881	83.379	84.881	83.379
Moeda estrangeira				
Adiantamento contrato de câmbio	f) 27.475	20.074	27.475	20.074
Banco Credit Suisse - PPE	g) 881	750	881	750
Banco Itaú BBA - CCE	h) 15.650	13.422	15.650	13.422
Banco Santander PPE	i) 3.829	2.992	3.829	2.992
Banco do Brasil - FINIMP	j) 1.855	1.735	1.855	1.735
Banco Citibank - FINIMP	k) 2.845	2.883	2.845	2.883
Total moeda estrangeira	52.535	41.856	52.535	41.856
Total do circulante	137.416	125.235	137.416	125.235
Não Circulante				
Moeda nacional				
Finame	a) 18.528	20.486	18.528	20.486
Capital de giro	b) 113.803	121.056	113.803	121.056
Capital de giro - CDCA	c) 37.255	36.085	37.255	36.085
Leasing financeiro	d) 393	557	393	557
BNDES	e) 43.532	44.604	43.532	44.604
Total moeda nacional	213.511	222.788	213.511	222.788
Moeda estrangeira				
Banco Credit Suisse - PPE	g) 124.523	101.331	124.523	101.331
Banco Itaú BBA - CCE	h) 15.654	19.434	15.654	19.434
Banco Santander PPE	i) 10.648	8.816	10.648	8.816
Banco do Brasil - FINIMP	j) -	133	-	133
Banco Citibank - FINIMP	k) 356	619	356	619
Banco Rabobank e Santander PPE	l) 223.095	184.369	223.095	184.369
Total moeda estrangeira	374.276	314.702	374.276	314.702
Total do não circulante	587.787	537.490	587.787	537.490
Total	725.203	662.725	725.203	662.725
	Controladora		Consolidado	
Vencimentos no longo prazo:	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
2016	88.072	99.254	88.072	99.254
2017	172.969	159.230	172.969	159.230
2018	120.350	104.735	120.350	104.735
2019	111.248	92.718	111.248	92.718
2020 a 2024	95.148	81.553	95.148	81.553
	587.787	537.490	587.787	537.490

Captações em moeda nacional:

- a) Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 4,45% ao ano com vencimento final em 2024.

- b) Capital de giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 13,39% ao ano com vencimento final no segundo semestre de 2019.

Custo de Transação:

Na operação Banco Safra CCE, incorreu um custo de transação de R\$ 251 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 12,75%.

Na operação Banrisul CCB, incorreu um custo de transação de R\$ 403 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 13,86%.

Na operação Santander CCE, incorreu um custo de transação de R\$ 185 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 12,99%.

É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Custo Transação Capital Giro

Ano	Principal
2015	300
2016	208
2017	163
2018	<u>59</u>
	<u><u>730</u></u>

- c) Capital de giro – CDCA

Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, no valor nominal de R\$ 90.000 em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O CDCA tem a ele vinculado os direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produtor Rural Física (“CPR”), emitida pela controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., que tem como credora a Celulose Irani S.A., nos termos da Lei nº 8.929 de 22 de agosto de 1994.

Esta operação está sendo liquidada em 6 parcelas anuais a partir de junho de 2012, atualizável pelo IPCA, acrescida de 10,22% ao ano.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.636 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16,15%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	343
2016	310
2017	108
	<u>761</u>

d) *Leasing* financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 14,70% ao ano com vencimento final no segundo semestre de 2018.

Vencimentos no longo prazo <i>leasing</i> financeiro:	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
2016	280	444	280	444
2017	62	62	62	62
2018	51	51	51	51
	<u>393</u>	<u>557</u>	<u>393</u>	<u>557</u>

e) BNDES

Em 29 de janeiro de 2013, foi renegociado o empréstimo junto ao BNDES à controlada São Roberto S.A., mantendo-se a garantia da hipoteca da unidade Vila Maria em São Paulo – SP, da negociação realizada em 27 de janeiro de 2011, com prazo de pagamento renegociado para 9 anos com carência de 9 meses para pagamento do principal e a CCI (Companhia Comercial de Imóveis) passou a ser a fiadora. Com a incorporação da São Roberto S.A. ocorrida em 30 de dezembro de 2014, a operação passa a ser devida pela controladora Celulose Irani S.A.

Captações em moeda estrangeira:

As captações em moeda estrangeira em 31 de março de 2015 estão atualizadas pela variação cambial do dólar, e sobre os mesmos incidem juros médios de 6,46%.

f) Adiantamento contrato de câmbio atualizáveis pela variação cambial do dólar e pagável em parcela única conforme cada contrato, com vencimentos no primeiro trimestre de 2016.

g) Banco Credit Suisse - PPE, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais.

Por meio de *Amended and Restated* de 26 de setembro de 2014, a Companhia e o Credit Suisse repactuaram a operação de pré-pagamento de exportação que passa a ter vencimento final em 2020, bem como aumento da carência para pagamento das parcelas do principal do contrato até 30 de maio 2017.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 5.310. Em 27 de abril de 2012 efetuamos nova repactuação de prazo que incorreram num custo adicional de transação de R\$ 2.550. Sua taxa de juros efetiva (TIR) que era de 19,12%, após esta repactuação passou a ser 12,31%. Com a repactuação de 26 de setembro de 2014 a taxa de juros efetiva (TIR) passou a ser 9,64%.

Abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	744
2016	1.058
2017	1.086
2018	831
2019	396
2020	21
	<u>4.136</u>

- h) Banco Itaú BBA - CCE, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2017.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 560 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 6,38%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	53
2016	32
2017	4
	<u>89</u>

- i) Banco Santander PPE – Pré-Pagamento de Exportação, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2018.
- j) Banco do Brasil - FINIMP, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2016.
- k) Banco Citibank - FINIMP, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2016.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 101 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 5,68%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	<u>6</u>
	<u><u>6</u></u>

- l) Banco Rabobank e Santander PPE - Pré-Pagamento de Exportação, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2021.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 2.173 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 6,52%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	296
2016	415
2017	385
2018	311
2019	233
2020 em diante	<u>220</u>
	<u><u>1.860</u></u>

Garantias:

A Companhia mantém em garantia das operações de captações aval de empresas controladoras e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas), penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor aproximado de R\$ 284.987. Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- i) Para Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), a Companhia constituiu garantias reais em montante aproximado de R\$ 66.097 sendo:

- Cessão fiduciária em favor do credor sobre direitos creditórios oriundos das CPRs – Cédulas de produtor rural a ele vinculado;
- Hipoteca em favor dos Bancos de alguns imóveis da Companhia, equivalentes a 3.851 hectares;
- Alienação fiduciária de florestas de pinus e eucalipto existente sobre os imóveis objeto de hipoteca, de propriedade da Emitente.

- ii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A.
- iii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Rabobank e Santander, foram oferecidos como garantia terras e florestas no valor de R\$ 116.008.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas conforme abaixo:

- i) Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio)
- ii) Banco Itaú BBA - CCE
- iii) Banco Santander Brasil - PPE
- iv) Banco Rabobank e Santander - PPE

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida.

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013.
- c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de março de 2015 não houve a necessidade de medição dos índices financeiros, pois os mesmos são medidos anualmente.

- v) Banco Credit Suisse - PPE
- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de (i) 3,00 vezes para os trimestres findos entre 30 de junho de 2012 e 30 de setembro de 2013; (ii) 3,65 vezes para o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013; (iii) 3,75 vezes para os trimestres entre 31 de março de 2014 e 30 de junho de 2014; (iv) 4,50 vezes para o trimestre findo em 30 de setembro de 2014; (v) 3,25 vezes para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014; (vi) 4,25 vezes para os trimestres findos entre

31 de março de 2015 a 30 de setembro de 2015 e; (vii) 3 vezes para os trimestres findos a partir de 31 de dezembro de 2015.

- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de 2,00x para os trimestres fiscais findos a partir de 30 de junho de 2012 até 2017.

Em 31 de março de 2015 a Companhia obteve *waiver* junto ao Banco Credit Suisse por não ter atendido o índice do item “a”.

Legenda:

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário.

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida.

17. DEBÊNTURES

Primeira Emissão de Debêntures Simples – Celulose Irani S.A.

A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 100.000. As debêntures foram liquidadas em março de 2015 conforme o vencimento estipulado no início da operação.

Segunda Emissão de Debêntures Simples – Celulose Irani S.A.

A Companhia emitiu debêntures simples em 30 de novembro de 2012, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 60.000. As debêntures vencerão em novembro de 2017 e estão sendo amortizadas em 5 (cinco) parcelas anuais a partir de novembro de 2013, atualizável pela variação do CDI acrescido de 2,75% ao ano.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.120 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 10,62%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	231
2016	128
2017	87
	<hr/>
	446

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor de R\$ 59.887; conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças em 1º grau no valor de R\$ 10.263; e em 2º (segundo) grau no valor de R\$ 32.079.
- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de alguns Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram verificadas ao final do exercício de 2014.

As cláusulas restritivas estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2012: 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de março de 2015 não foi necessária a medição dos mesmos, pois tais medições são realizadas anualmente.

Primeira Emissão de Debêntures Simples –Wave - assumida por assunção de dívida pela Celulose Irani S.A.

A Companhia aprovou em 22 de agosto de 2014 a assunção de dívida com a consequente transferência da totalidade dos direitos e obrigações detidos pela então controlada São Roberto S.A, das Debêntures nos termos da Escritura de emissão cujo saldo remanescente era de R\$ 70.592. Em contrapartida à assunção da dívida foi gerado crédito em favor da Companhia no mesmo valor, o qual foi integralmente contribuído ao capital social da então controlada, que foi incorporada pela controladora Celulose Irani S.A. em 30 de dezembro de 2014.

A Escritura de emissão de Debêntures, origem na Wave Participações S.A. em maio de 2013, pela qual foram emitidas 80 debêntures nominativas e escriturais,

em série única, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 80.000. A Wave participações por sua vez foi incorporada pela São Roberto S.A. em 29 de novembro de 2013.

O Banco Itaú S.A. é o Liquidante Mandatário, a Itaú Corretora de Valores S.A. o Escriturador Mandatário e como Agente Fiduciário a Planner Trustee Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 2.508 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 13,57%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	586
2016	326
2017	290
2018	87
	<hr/>
	1.289

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais e fiduciárias de bens e direitos da São Roberto S.A no valor de R\$ 55.826, em favor do Agente Fiduciário:

- Alienação fiduciária de imóveis em favor do Agente Fiduciário;
- Alienação fiduciária de equipamentos industriais da unidade Papel MG – Santa Luzia;
- Cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de Contrato de Arrendamento e Outras Avenças, e;
- Cessão fiduciária de 25% dos recebíveis sobre o saldo devedor do principal durante a vigência da emissão das debêntures.

As cláusulas restritivas, com verificação anual, estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2012: 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de março de 2015 não foi necessária a medição dos mesmos, pois tais medições são realizadas anualmente.

O quadro a seguir mostra a exigibilidade por ano das operações de debêntures.

Ano	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
2015	26.472	43.129	26.472	43.129
2016	31.665	30.568	31.665	30.568
2017	31.742	30.829	31.742	30.829
2018	8.202	9.594	8.202	9.594
	<u>98.081</u>	<u>114.120</u>	<u>98.081</u>	<u>114.120</u>
Parcela do circulante	32.631	44.382	32.631	44.382
Parcela do não circulante	65.450	69.738	65.450	69.738

18. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
CIRCULANTE				
Interno				
Materiais	42.253	46.747	42.192	46.860
Ativo imobilizado	717	825	717	825
Prestador de serviços	3.931	5.818	4.041	5.895
Transportadores	10.717	11.102	10.725	11.103
Partes relacionadas	18.553	15.335	-	-
Ativo imobilizado em remessa	220	220	220	220
Consignação	66	66	66	66
Externo				
Materiais	1.758	270	1.758	270
	<u>78.215</u>	<u>80.383</u>	<u>59.719</u>	<u>65.239</u>

19. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Parcelamento Federal				
Parcelamento FNDE	-	-	28	28
	-	-	28	28
	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Parcelamento Estadual				
Parcelamento ICMS	2.281	2.281	2.281	2.281
	2.281	2.281	2.281	2.281
Total parcelamentos circulantes	2.281	2.281	2.309	2.309

NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Parcelamento Federal				
Parcelamento FNDE	-	-	23	30
	-	-	23	30
	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Parcelamento Estadual				
Parcelamento ICMS	3.197	3.635	3.197	3.635
	3.197	3.635	3.197	3.635
Total parcelamentos não circulantes	3.197	3.635	3.220	3.665

Vencimentos no longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
2016	1.526	1.760	1.548	1.788
2017	1.432	1.606	1.434	1.608
2018	239	269	238	269
	3.197	3.635	3.220	3.665

Parcelamento Estadual:

ICMS – A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo em março de 2013 através do Programa Especial de Parcelamento - PEP, e sobre o mesmo incidem juros de 0,8 % ao mês, amortizado mensalmente com vencimento final em fevereiro de 2018.

20. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Habitasul Florestal S.A.	5.245	5.245	2.454	166
Administradores	1.107	1.093	-	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	16.099	15.169
Remuneração dos administradores	-	-	1.380	1.446
Participação dos administradores	-	-	17.725	17.725
Irani Geração de Energia Sustentável Ltda	-	-	119	159
Total	6.352	6.338	37.777	34.665
Parcela circulante	5.245	5.245	37.777	34.665
Parcela não circulante	1.107	1.093	-	-

Controladora	Receitas		Despesas	
	31.03.15	31.03.14	31.03.15	31.03.14
São Roberto S.A	-	1.451	-	2.841
Irani Trading S.A.	-	-	-	4.352
Habitasul Florestal S.A.	-	-	1.868	3.306
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	5.374	5.385
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	61	58
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	279	269
Irani Participações S/A	-	-	120	120
Habitasul Desenvolvidos Imobiliários	-	-	31	37
Koch Metalúrgica S.A.	11	-	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	2.023	1.820
Total	11	1.451	9.756	18.188

Consolidado	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Remuneração dos administradores	-	-	1.380	1.446
Administradores	1.107	1.093	-	-
Participação dos administradores	-	-	17.725	17.725
Total	1.107	1.093	19.105	19.171
Parcela circulante	1.107	-	19.105	19.171
Parcela não circulante	-	1.093	-	-

Consolidado	Receitas		Despesas	
	31.03.15	31.03.14	31.03.15	31.03.14
Irani Participações S/A	-	-	120	120
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	61	58
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	279	269
Remuneração dos administradores	-	-	2.036	1.850
Habitasul Desenvolvidos Imobiliários	-	-	31	37
Koch Metalúrgica S.A.	11	-	-	-
Total	11	-	2.527	2.334

Os créditos e débitos junto às controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor - Comércio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição

de matéria-prima e fornecimento de produtos. As operações são realizadas com condições e valores condizentes com os respectivos mercados. Os valores de contas a receber pela controladora da controlada Habitasul Florestal S.A. é referente aos dividendos do exercício de 2014.

A Irani Trading S.A. era proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita (SC), o qual estava locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de outubro de 2009, e aditado em 03 de agosto de 2010. O referido contrato tinha prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício era de R\$ 1.364 mensais fixos.

A Companhia transferiu para a Iraflor nos exercícios anteriores de R\$ 111.730 em florestas plantadas para integralização de capital. Em 16 de junho de 2011, a controlada Iraflor emitiu Cédulas de Produtor (CPR) com vencimento final em junho de 2018 e que representam os direitos da Companhia de receber madeira neste período. Tendo os direitos creditórios oriundos dos CPR's, a Companhia emitiu em 20 de junho de 2011, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O crédito a receber de Administradores é decorrente de empréstimo concedido pela Companhia a seus Administradores que serão liquidados até o ano de 2015.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

O débito junto a Habitasul Desenvolvidores Imobiliários é decorrente de aluguel do Escritório RS – Porto Alegre firmado em 01 de dezembro de 2008 com vigência por prazo indeterminado.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda. corresponde a 50% do valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à parte relacionada é de R\$ 103, sendo que o valor total mensal contratado atual é de R\$ 205 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários e a remuneração variável de longo prazo dos administradores da Companhia.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 2.036 em 31 de março de 2015 (R\$ 1.850 em 31 de março de 2014). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 23 de abril de 2015 no valor máximo de R\$ 11.000.

21. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Provisões cíveis	1.113	1.113	1.113	1.113
Provisões trabalhistas	3.694	4.102	3.778	4.186
Provisões tributárias	24.029	27.183	24.029	27.183
Total	28.836	32.398	28.920	32.482
Depósitos Judiciais	1.264	1.136	1.363	1.185

Controladora	31.12.14	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.03.15
	Cível	1.113	-	-	-
Trabalhista	4.102	-	(213)	(195)	3.694
Tributária	27.183	451	-	(3.605)	24.029
	32.398	451	(213)	(3.800)	28.836

Consolidado	31.12.14	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.03.15
	Cível	1.113	-	-	-
Trabalhista	4.186	-	(213)	(195)	3.778
Tributária	27.183	451	-	(3.605)	24.029
	32.482	451	(213)	(3.800)	28.920

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial. Em 31 de março de 2015, havia R\$ 1.113 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 16, classificados no Ativo não Circulante.
- Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de horas-extras, adicionais de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a

Companhia mantém provisionado R\$ 3.778 em 31 de março de 2015, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 1.347, classificados no Ativo não Circulante.

- c) As provisões para processos tributários totalizam um valor de R\$ 24.029, e se referem principalmente à:
- i) Compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas realizados pela Companhia. O montante compensado entre os períodos de abril de 2010 a dezembro de 2011 foi de R\$ 14.563 e o saldo atualizado em 31 de março de 2015 totaliza R\$ 23.204.
 - ii) Processos Administrativo e Judicial referente a glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 545. Os processos encontram-se em trâmite na esfera administrativa e judicial e aguardam julgamento.

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de março de 2015, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.03.15	31.12.14
Contingências trabalhistas	7.339	7.339
Contingências cíveis	3.894	3.894
Contingências tributárias	85.463	83.135
	<u>96.696</u>	<u>94.368</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 7.339 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 3.894 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 85.463 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processo Administrativo nº. 10925.000172/2003-66 com valor em 31 de março de 2015 de R\$ 11.367, referente a auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. O processo encontra-se no Conselho de Contribuintes aguardando o julgamento do Recurso Especial protocolado pela Companhia.
- Execução Fiscal nº. 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de março de 2015 de R\$ 5.290, referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da Ação Anulatória nº2005.71.00.002527-8.
- Processos Administrativos nº. 11080.013972/2007-12 e nº. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de março de 2015 de R\$ 5.052, referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos respectivos Recursos Voluntários.
- Processos Administrativos nº. 11080.014746/2008-30 e nº. 11080.014747/2008-84 com valor em 31 de março de 2015 de R\$ 2.685, referente a Autos de Infração de IRPJ e CSLL. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos respectivos Recursos Especiais.
- Processos administrativos de nº. 11080.009902/2006-89 e nº. 11080.009904/2006-88 são referentes a compensações de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações, supostamente calculados indevidamente, com valores atualizados em 31 de março de 2015 de R\$ 5.695. A Companhia discute administrativamente estas notificações e aguarda o julgamento dos recursos interpostos junto ao Conselho de Contribuintes.
- O processo administrativo nº. 11080.009905/2006-12, com valor atualizado em 31 de março de 2015 de R\$ 4.163, refere-se a compensações de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações, o qual já teve seu trânsito em julgado na esfera administrativa. Atualmente a Cia aguarda o ajuizamento de sua cobrança para iniciar sua discussão judicial.
- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de março de 2015 de R\$ 36.770. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

- O processo administrativo nº. 11080.730311/2014-84, com valor atualizado em 31 de março de 2015 de R\$ 9.723, refere-se a notificação da RFB alegando que a IRANI deixou de reconhecer suposta receita decorrente da utilização do PF/BCN previstas na Lei 11.941/09. Atualmente a Cia aguarda o julgamento da Impugnação protocolada no dia 08/12/2014. A variação do saldo das contingências tributárias deste exercício em relação ao exercício de 2013 se justifica principalmente pela inclusão deste processo.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 31 de março de 2015, é de R\$ 151.895 (R\$ 151.895 em 31 de dezembro de 2014), composto por 166.720.235 ações sem valor nominal, sendo 153.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais. As ações preferenciais possuem direito a dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia e possuem também direito de *Tag Along* de 100%. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b. Ações em tesouraria

		Controladora 31.03.15		Controladora 31.12.14	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor
i) Plano de recompra	Ordinárias	24.000	30	24.000	30
ii) Direito de recesso	Preferenciais	2.352.100	6.804	2.352.100	6.804
		<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>	<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>

i) Plano de recompra: teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011.

ii) Direito de recesso: as ações adquiridas foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011.

A Administração da Companhia oportunamente proporá a destinação das ações em tesouraria ou o seu cancelamento.

c. Pagamento baseado em ações

A Companhia realizou em 2013 um programa de remuneração com base em ações chamado de Primeiro programa do plano de outorga de opções de ações (Programa I), liquidado com ações, segundo o que a entidade recebeu os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia.

As opções de compra de ações foram concedidas aos administradores e a alguns empregados conforme decisão do Conselho de Administração em 09 de maio de 2012 e foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2012. As opções foram exercidas no período entre 1º de abril de 2013 e 30 de abril de 2013. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

A quantidade de opções exercida pelos participantes foi de 1.612.040 ações pelo preço médio de exercício por ação de R\$ 1,26.

d. Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.

i) Em conformidade com o Estatuto da Companhia a Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

ii) A Reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

iii) A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela assembleia geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal.

iv) A Reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, conforme itens ii. e iii., da nota explicativa nº 33, no montante de R\$ 4.520 e está excluída da base do dividendo obrigatório. A Administração da companhia aprovou a criação da Reserva de Incentivos Fiscais em seu estatuto social através de Reunião do Conselho de Administração no dia 25 de fevereiro de 2015, sendo ratificada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de abril de 2015.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida a base de dividendos, o saldo líquido dos tributos em 31 de março de 2015 corresponde a um ganho de R\$ 224.873, (R\$ 227.069 em 31 de dezembro de 2014).

Também estão registrados os valores dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa líquidos dos efeitos tributários, o saldo líquido dos tributos em 31 de março de 2015 corresponde a uma perda de R\$ 92.371, (R\$ 48.452 em 31 de dezembro de 2014).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>219.094</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	(31.530)
Realização - custo atribuído	(8.101)
Realização - custo atribuído (controladas)	(846)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>178.617</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	(43.920)
Realização - custo atribuído	(2.195)
Em 31 de março de 2015	<u>132.502</u>

23. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

i) Lucro/prejuízo básico e diluído das operações continuadas

	31.03.15		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Lucro/Prejuízo líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações	2.931	199	3.130
Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	<u>0,0190</u>	<u>0,0190</u>	

	31.03.14		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Lucro/Prejuízo líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações	(3.038)	(206)	(3.244)
Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	<u>(0,0197)</u>	<u>(0,0197)</u>	

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.03.14	31.03.15	31.03.14
Receita bruta de vendas de produtos	237.306	209.553	239.903	232.690
Impostos sobre as vendas	(55.206)	(44.963)	(55.455)	(50.917)
Devoluções de vendas	(1.668)	(1.615)	(1.677)	(1.946)
Receita líquida de vendas	<u>180.432</u>	<u>162.975</u>	<u>182.771</u>	<u>179.827</u>

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.03.14	31.03.15	31.03.14
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(93.028)	(105.065)	(85.755)	(100.682)
Gastos com pessoal	(28.361)	(20.030)	(29.824)	(26.204)
Varição valor justo ativos biológicos	(1.867)	(1.212)	510	1.625
Depreciação, amortização e exaustão	(14.710)	(9.847)	(18.857)	(17.177)
Fretes de vendas	(9.822)	(6.675)	(9.822)	(8.962)
Contratação de serviços	(5.074)	(4.512)	(5.284)	(5.701)
Despesas de vendas	(8.397)	(6.168)	(8.397)	(7.354)
Total custos e despesas por natureza	<u>(161.259)</u>	<u>(153.509)</u>	<u>(157.429)</u>	<u>(164.455)</u>
Parcela do custo	(129.713)	(128.752)	(127.933)	(138.303)
Parcela da despesa	(29.679)	(23.545)	(30.006)	(27.777)
Varição valor justo ativos biológicos	(1.867)	(1.212)	510	1.625

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.03.14	31.03.15	31.03.14
Receitas				
Receita de bens sinistrados e alienados	186	26	186	26
Outras receitas operacionais	572	949	576	1.581
	<u>758</u>	<u>975</u>	<u>762</u>	<u>1.607</u>
Despesas				
Custo dos bens sinistrados e alienados	(40)	(194)	(40)	(194)
Outras despesas operacionais	(736)	(578)	(735)	(955)
	<u>(776)</u>	<u>(772)</u>	<u>(775)</u>	<u>(1.149)</u>
Total	(18)	203	(13)	458

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos tributos:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.03.14	31.03.15	31.03.14
Lucro operacional antes dos efeitos tributários	650	(4.825)	894	(4.399)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(221)	1.641	(304)	1.496
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	2.130	21	-	-
Controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	1.798	1.466
Outras diferenças permanentes	571	(81)	742	(1.807)
	<u>2.480</u>	<u>1.581</u>	<u>2.236</u>	<u>1.155</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(185)	(94)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.480	1.581	2.421	1.249

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973/14, conversão da Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), dentre outras providências, vigentes a partir de 2015 podendo ser adotada de forma antecipada em 2014. A Companhia optou pela adoção antecipada dos efeitos da Lei nº 12.973/14 para o exercício de 2014 após estudo elaborado. O principal impacto relacionado a adoção antecipada foi:

Dividendos: com a adoção antecipada, os dividendos calculados com base nos resultados apurados até o fim do ano-calendário 2013 estão isentos de tributação.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.03.14	31.03.15	31.03.14
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.407	2.014	3.747	2.215
Juros	582	514	582	652
Descontos obtidos	21	99	21	111
	<u>4.010</u>	<u>2.627</u>	<u>4.350</u>	<u>2.978</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	3.867	2.575	3.867	2.575
Variação cambial passiva	(11.062)	(3.350)	(11.062)	(3.350)
Variação cambial líquida	<u>(7.195)</u>	<u>(775)</u>	<u>(7.195)</u>	<u>(775)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(21.333)	(16.064)	(21.335)	(21.967)
Descontos concedidos	(26)	(76)	(26)	(79)
Deságios/despesas bancárias	(27)	(16)	(27)	(17)
Outros	(200)	(253)	(202)	(369)
	<u>(21.586)</u>	<u>(16.409)</u>	<u>(21.590)</u>	<u>(22.432)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(24.771)</u>	<u>(14.557)</u>	<u>(24.435)</u>	<u>(20.229)</u>

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de março de 2015, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 469.490. Também estão contratados seguros de vida em grupo para os colaboradores com cobertura mínima de 24 vezes o salário do colaborador ou no máximo de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações e debêntures detalhadas nas notas explicativas nº 16 e 17, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e dos investimentos mantidos até o vencimento), conforme detalhado nas notas explicativas nº 5 e 9, e pelo patrimônio líquido (que

inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 22).

A Companhia não está sujeita a qualquer requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de março de 2015 foi de 39% capital próprio e 61% capital de terceiros, em função da consolidação do endividamento vindo através da controlada São Roberto S.A. adquirida em outubro de 2013 (incorporada em 30 de dezembro de 2014) e também dos investimentos realizados na Máquina de Papel 1. Nos próximos trimestres a estrutura de capital deverá voltar aos níveis superiores a 50% de capital próprio.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Dívida (a)	823.284	776.845	823.284	776.845
Caixa e saldos de bancos	82.398	153.948	95.309	165.985
Investimentos mantidos até o vencimento	4.272	2.073	4.272	2.073
Dívida Líquida	<u>736.614</u>	<u>620.824</u>	<u>723.703</u>	<u>608.787</u>
Patrimônio Líquido (b)	<u>456.821</u>	<u>497.611</u>	<u>456.835</u>	<u>497.625</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,61</u>	<u>1,25</u>	<u>1,58</u>	<u>1,22</u>

(a) A dívida é definida como captações de curto e longo prazos incluindo as debêntures, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e nº 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Ativos financeiros				
Investimentos mantidos até o vencimento	4.272	2.073	4.272	2.073
Bancos conta vinculada	4.272	2.073	4.272	2.073
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e saldos de bancos	82.398	153.948	95.309	165.985
Conta a receber de clientes	146.832	127.605	149.284	129.922
Outras contas a receber	20.819	20.685	20.862	20.730
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Captações (empréstimos e financiamentos)	725.203	662.725	725.203	662.725
Debêntures	98.081	114.120	98.081	114.120
Fornecedores	78.215	80.383	59.719	65.239

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de captações tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 40 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no primeiro trimestre de 2015, e 51 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano de 2014. Como o maior valor das captações em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Contas a receber	19.481	11.245	19.481	11.245
Bancos conta vinculada	4.272	2.073	4.272	2.073
Adiantamento de clientes	(183)	(419)	(183)	(419)
Fornecedores	(1.758)	(270)	(1.758)	(270)
Captações (empréstimos e financiamentos)	(426.811)	(356.558)	(426.811)	(356.558)
Exposição líquida	(404.999)	(343.929)	(404.999)	(343.929)

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro BM&FBovespa para 31 de março de 2015.

2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2015.

3 – Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2015.

Operação	Saldo 31.03.15 US\$	Cenário base Ganho (perda) R\$		Cenário adverso Ganho (perda) R\$		Cenário remoto Ganho (perda) R\$	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber	7.404	3,13	(578)	3,91	5.216	4,70	11.010
Passivos							
Contas a pagar	(605)	3,13	47	3,91	(426)	4,70	(900)
Captações (empréstimos e financiamentos)	(133.046)	3,13	10.378	3,91	(93.731)	4,70	(197.839)
Efeito líquido			9.847		(88.941)		(187.729)

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de março de 2015 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de captações, e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores aos recebimentos

provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu fluxo de caixa.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, LIBOR (London Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de captações que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: manutenção das taxas de juros, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de março de 2015.

3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de março de 2015.

Operação	Indexador	Saldo 31.03.15	Cenário base Ganho (Perda)		Cenário adverso Ganho (Perda)		Cenário remoto Ganho (Perda)	
			Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa								
CDB	CDI	84.177	12,60%	8	15,75%	2.592	18,90%	5.177
Captações								
Capital de Giro	CDI	(97.974)	12,60%	(12)	15,75%	(3.686)	18,90%	(7.360)
Debêntures	CDI	(99.816)	12,60%	(10)	15,75%	(3.241)	18,90%	(6.472)
BNDES	TJLP	(60.300)	6,00%	(302)	7,50%	(1.206)	9,00%	(2.111)
Capital de Giro	IPCA	(60.766)	8,13%	(553)	10,16%	(1.788)	12,20%	(3.023)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor 3M	(356.941)	0,27%	(1)	0,34%	(246)	0,41%	(490)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor 6M	(1.214)	0,40%	0	0,50%	(1)	0,60%	(2)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor 12M	(14.477)	0,69%	(1)	0,87%	(26)	1,04%	(51)
Efeito Líquido no Resultado				<u>(869)</u>		<u>(7.601)</u>		<u>(14.332)</u>

Valor justo versus valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma negociação forçada. Utilizamos os métodos e premissas listados abaixo para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar de curto prazo estão representados no balanço da Companhia com seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Captações estão representadas a seus valores justos devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis.

	Controladora		Controladora	
	31.03.15		31.12.14	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Bancos conta vinculada	4.272	4.272	2.073	2.073
Caixa e saldos de bancos	82.398	82.398	153.948	153.948
Contas a receber de clientes	146.832	146.832	127.605	127.605
Outras contas a receber	20.819	20.819	20.685	20.685
	<u>254.321</u>	<u>254.321</u>	<u>304.311</u>	<u>304.311</u>
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	78.215	78.215	80.383	80.383
Captações (empréstimos e financiamentos)	725.203	725.203	662.725	662.725
Debêntures	98.081	98.081	114.120	114.120
	<u>901.499</u>	<u>901.499</u>	<u>857.228</u>	<u>857.228</u>
Consolidado				
	31.03.15		31.12.14	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Bancos conta vinculada	4.272	4.272	2.073	2.073
Caixa e saldos de bancos	95.309	95.309	165.985	165.985
Contas a receber de clientes	149.284	149.284	129.922	129.922
Outras contas a receber	20.862	20.862	20.730	20.730
	<u>269.727</u>	<u>269.727</u>	<u>318.710</u>	<u>318.710</u>
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	59.719	59.719	65.239	65.239
Captações (empréstimos e financiamentos)	725.203	725.203	662.725	662.725
Debêntures	98.081	98.081	114.120	114.120
	<u>883.003</u>	<u>883.003</u>	<u>842.084</u>	<u>842.084</u>

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação às aplicações financeiras que compõe o grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. As

mesmas são planejadas para atender as demandas de fluxo de caixa da Companhia, e a Administração assegura-se de que as aplicações sejam realizadas em instituições financeiras de relacionamento estável, através da aplicação da política financeira que determina a alocação do caixa, sem limitações, em:

- i) Títulos públicos de emissão e/ou co-obrigação do Tesouro Nacional;
- ii) CDBs nos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iii) Debêntures de emissão dos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iv) Fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador.

É vedada a aplicação de recursos em renda variável.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de captações. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de março de 2015 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora

	2015	2016	2017	2018	acima 2019
Passivos					
Fornecedores	78.215	-	-	-	-
Captações	94.225	134.859	192.422	128.689	213.547
Debêntures	29.363	33.053	32.244	9.930	-
Outros passivos	2.281	1.526	1.432	239	-
	<u>204.084</u>	<u>169.438</u>	<u>226.098</u>	<u>138.858</u>	<u>213.547</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes	82.398	-	-	-	-
Bancos conta vinculada	4.272	-	-	-	-
Clientes a vencer	146.832	-	-	-	-
Renegociação de Clientes	15.486	2.241	1.304	592	977
Outros ativos	12.429	1.741	-	-	-
	<u>261.417</u>	<u>3.982</u>	<u>1.304</u>	<u>592</u>	<u>977</u>
	<u>57.333</u>	<u>(165.456)</u>	<u>(224.794)</u>	<u>(138.266)</u>	<u>(212.570)</u>

Consolidado

	2015	2016	2017	2018	acima 2019
Passivos					
Fornecedores	59.719	-	-	-	-
Empréstimos	94.225	134.859	192.422	128.689	212.547
Debêntures	29.363	33.053	32.244	9.930	-
Outros passivos	2.337	1.548	1.434	238	-
	<u>185.644</u>	<u>169.460</u>	<u>226.100</u>	<u>138.857</u>	<u>212.547</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes	95.309	-	-	-	-
Bancos conta vinculada	4.272	-	-	-	-
Clientes a vencer	149.284	-	-	-	-
Renegociação de Clientes	15.517	2.241	1.304	592	977
Outros ativos	12.531	1.709	-	-	-
	<u>276.913</u>	<u>3.950</u>	<u>1.304</u>	<u>592</u>	<u>977</u>
	<u>91.269</u>	<u>(165.510)</u>	<u>(224.796)</u>	<u>(138.265)</u>	<u>(211.570)</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período do relatório.

A Companhia tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado no final do período do relatório é de R\$ 90.980, e que aumenta proporcionalmente na medida em que as captações forem liquidadas. A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia, de aplicações financeiras ou suas exportações e importações contra as variações de câmbio, ou para troca de taxa de juros. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e reconhecidos no resultado financeiro. Também são reconhecidos diretamente no resultado financeiro os instrumentos financeiros derivativos vinculado a operações de captação.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo financeiro da sua dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Estrangeira que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

a) Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo

Em 31 de março de 2015, a Companhia não tinha contratado nenhum instrumento financeiro derivativo reconhecido a valor justo.

b) Instrumentos financeiros derivativos vinculados a operações de captação (reconhecidos diretamente no resultado)

- i) Em 23 de março de 2012, a Companhia contratou operação de *swap* de fluxo de caixa com Banco Itaú BBA, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados à taxa de juros da operação contratada na mesma data entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação. O valor de referência atribuído na data de contratação é de R\$ 40.000 (equivalente a USD 21.990 mil na data da transação), diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas semestrais previstas no contrato a ele atrelado até o seu vencimento final em março de 2017.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente aos da operação original. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. O contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação passa a ser remunerado por taxa de juros fixos acrescidos da variação do dólar. Com isso o contrato de CCE não está mais exposto à variação do CDI. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de CCE, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento. Este contrato está incluído na análise de sensibilidade de exposição cambial exposta nesta mesma nota explicativa.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2012.

- ii) Em 25 de julho de 2014, a Companhia contratou operação de *swap* de troca de taxa com Banco Santander, com objetivo de modificar a remuneração associada à taxa de juros das operações contratadas em janeiro de 2013 entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação e NCE – Nota de Crédito à Exportação, cujo vencimento final ocorreria em janeiro de 2016, passando o vencimento final das operações para junho de 2017, trocando a taxa atual dos contratos que são pré-fixadas para taxas indexadas em TJLP.

O valor de referência atribuído na data de contratação é de R\$ 30.000, cujo pagamento ocorrerá apenas ao final do contrato.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente aos da operação original. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. Os contratos de CCE – Cédula de Crédito à Exportação e NCE – Nota de Crédito à Exportação passarão a ser remunerados por taxa de juros indexada em TJLP a partir de 29 de janeiro de 2016. Até esta data, valerão as taxas atuais dos contratos.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou o *Hedge Accounting* em 01 de maio de 2012 nas operações contratadas para a cobertura dos riscos de variação cambial do fluxo das exportações e foram classificados como “*hedge* de fluxo de caixa” (*Cash Flow Hedge*), segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 38 e 40, na orientação técnica OCPC03 e na norma internacional IAS 39.

Desta forma, a Companhia protege o risco da variação cambial dos seus fluxos de caixa futuros por meio de *hedge* de fluxo de caixa, no qual os instrumentos de *hedge* são instrumentos financeiros passivos contratados pela Companhia. Os instrumentos financeiros de *hedge* contratados pela Companhia atualmente vigentes são um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Credit Suisse, um contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação com o Banco Itaú BBA, um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Rabobank e Santander e um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Santander.

Os fluxos de caixa protegidos são as exportações esperadas até 2021 e o valor represado no Patrimônio Líquido da Companhia por conta do *Hedge Accounting* em 31 de março de 2015 é de R\$ 92.371 (R\$ 48.452 em dezembro de 2014).

	Controladora e Consolidado 31.03.15	Controladora e Consolidado 31.12.14
Saldo inicial	73.412	25.640
Variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	70.541	50.746
Reclassificação para resultado	(3.996)	(2.974)
	<u>139.957</u>	<u>73.412</u>
Saldo inicial	(24.960)	(8.718)
Impostos sobre variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	(23.984)	(17.254)
Impostos sobre reclassificação para resultado	1.359	1.011
	<u>(47.586)</u>	<u>(24.960)</u>
Saldo Final	<u>92.371</u>	<u>48.452</u>

A Companhia estima a efetividade com base na metodologia *dólar offset*, na qual se compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*, a qual deve ficar entre um intervalo de 80 a 125%.

Os saldos de variações efetivas das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificadas do patrimônio líquido para resultado no período em que a variação cambial objeto do *hedge* é efetivamente realizada. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o resultado operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do período.

Não foram identificadas inefetividades no período.

A análise de sensibilidade dos instrumentos de *hedge* das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa, está considerada nesta mesma nota explicativa no item risco de exposição cambial juntamente com os demais instrumentos financeiros.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com três unidades produtivas: Embalagem SC Campina da Alegria, Embalagem SP Indaiatuba e Embalagem SP Vila Maria.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO, com duas unidades produtivas: Papel SC Campina da Alegria e Papel MG – Santa Luzia.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio fomento, comercializa madeiras e, extraia resina do pinus que serve de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado 31.03.15				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	120.972	29.888	1.581	-	152.441
Mercado externo	-	15.847	14.483	-	30.330
Receita de vendas para terceiros	120.972	45.735	16.064	-	182.771
Receitas entre segmentos	-	5.848	-	(5.848)	-
Vendas líquidas totais	120.972	51.583	16.064	(5.848)	182.771
Variação valor justo ativo biológico	-	(1.205)	1.715	-	510
Custo dos produtos vendidos	(103.873)	(18.587)	(11.037)	5.564	(127.933)
Lucro bruto	17.099	31.791	6.742	(284)	55.348
Despesas operacionais	(14.589)	(4.756)	(952)	(9.722)	(30.019)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	2.510	27.035	5.790	(10.006)	25.329
Resultado financeiro	(12.317)	(12.583)	465	-	(24.435)
Resultado operacional líquido	(9.807)	14.452	6.255	(10.006)	894
Ativo total	575.475	767.046	168.732	121.094	1.632.347
Passivo total	147.661	519.277	25.898	482.676	1.175.512
Patrimônio líquido	76.864	243.480	133.694	2.797	456.835
	Consolidado 31.03.14				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	117.132	34.081	2.513	156	153.882
Mercado externo	-	14.903	11.042	-	25.945
Receita de vendas para terceiros	117.132	48.984	13.555	156	179.827
Receitas entre segmentos	-	4.595	-	(4.595)	-
Vendas líquidas totais	117.132	53.579	13.555	(4.439)	179.827
Variação valor justo ativo biológico	-	(1.927)	3.552	-	1.625
Custo dos produtos vendidos	(106.557)	(25.323)	(9.924)	3.501	(138.303)
Lucro bruto	10.575	26.329	7.183	(938)	43.149
Despesas operacionais	(12.000)	(3.971)	(1.035)	(10.313)	(27.319)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(1.425)	22.358	6.148	(11.251)	15.830
Resultado financeiro	(12.575)	(8.712)	(145)	1.203	(20.229)
Resultado operacional líquido	(14.000)	13.646	6.003	(10.048)	(4.399)
Ativo total	591.985	627.299	151.486	196.873	1.567.643
Passivo total	321.460	248.478	16.957	491.828	1.078.723
Patrimônio líquido	35.676	240.251	136.182	76.811	488.920

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas no primeiro trimestre de 2015 totalizaram R\$ 182.771 (R\$ 179.827 no primeiro trimestre de 2014).

A receita líquida de venda para o mercado externo no primeiro trimestre de 2015 totalizou R\$ 30.330 (R\$ 25.945 no primeiro trimestre de 2014), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado 31.03.15			Consolidado 31.03.14		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Alemanha	6.769	3,70%	Holanda	6.811	3,80%
Argentina	3.728	2,04%	Argentina	4.771	2,70%
Arábia Saudita	3.553	1,94%	Arábia Saudita	2.734	1,50%
França	3.380	1,85%	França	2.455	1,40%
África do Sul	1.427	0,78%	África do Sul	1.849	1,00%
Peru	1.227	0,67%	Chile	1.261	0,70%
China	1.155	0,63%	Paraguai	975	0,50%
Japão	1.069	0,58%	Peru	946	0,50%
Paraguai	981	0,54%	Noruega	704	0,40%
Kuwait	973	0,53%	Espanha	650	0,40%
Bolívia	817	0,45%	Índia	578	0,30%
Chile	741	0,41%	Bolívia	415	0,20%
Áustria	698	0,38%	Cingapura	340	0,20%
Holanda	670	0,37%	Portugal	276	0,20%
Portugal	667	0,36%	Alemanha	187	0,10%
Noruega	389	0,21%	Japão	158	0,10%
Hong Kong	350	0,19%	Venezuela	132	0,10%
Reino Unido	316	0,17%	Outros países	703	0,40%
Canadá	310	0,17%			
Uruguai	222	0,12%			
Colômbia	202	0,11%			
Cingapura	192	0,11%			
Outros países	494	0,27%			
	<u>30.330</u>	<u>16,58%</u>		<u>25.945</u>	<u>14,50%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia no primeiro trimestre de 2015 no mercado interno totalizaram R\$ 152.441 (R\$ 153.882 no primeiro trimestre de 2014).

No primeiro trimestre de 2015, um único cliente representava 9,5% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 11.492. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

32. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL (CONTROLADORA)

Locação de imóveis de unidades produtivas

Em 31 de março de 2015, a Companhia possui um contrato de aluguel de unidade produtiva, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada período pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

O contrato de aluguel de unidade produtiva foi firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem SP – Indaiatuba, com vigência de 20 anos e o valor mensal contratado atual de R\$ 205, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Durante o primeiro trimestre de 2014, a Companhia mantinha contratos de aluguel das unidades produtivas de Vargem Bonita, SC e de Santa Luzia, MG, respectivamente com a Irani Trading S.A. e com a São Roberto S.A., as quais foram incorporadas pela controladora Celulose Irani S.A. em 30 de dezembro de 2014. Com a incorporação os imóveis objeto dos contratos de aluguel passaram a ser de propriedade da Companhia e os respectivos alugueis deixaram de existir.

Os valores de alugueis reconhecidos como despesas no primeiro trimestre de 2015 pela controladora, líquidos de tributos quando aplicáveis, são:

- Alugueis de unidades produtivas = R\$ 615 (R\$ 6.062 no primeiro trimestre de 2014)
- Alugueis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 65 (R\$ 102 no primeiro trimestre de 2014)

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 31 de março de 2015 totalizam um montante mínimo de R\$ 52.767. Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IGPM acumulado nos últimos 12 meses de 3,15% a.a.

	<u>Até um ano</u>	<u>Depois de um ano até cinco anos</u>	<u>Depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamentos operacionais futuros	2.807	12.139	37.821	52.767
Arrendamentos operacionais a valor presente	2.722	10.886	27.215	40.823

Locação de área de plantio

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias, em área total de 3.2 mil hectares, da qual 2.3 mil hectares é a área proporcional dos plantios pertencentes à mesma. Para algumas áreas há compromisso de arrendamento a ser desembolsado mensalmente conforme demonstrado abaixo.

Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas seja colhido.

Compromissos de arrendamento operacional não canceláveis

	<u>Até um ano</u>	<u>Depois de um ano até cinco anos</u>	<u>Depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamentos operacionais futuros	217	1.252	1.045	2.514
Arrendamentos operacionais a valor presente	211	1.123	812	2.146

33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina e no Estado de Minas Gerais:

- i. ICMS/SC – Prodec: Possibilita que 60% do incremento de ICMS no Estado de Santa Catarina, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, manutenção de empregos, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média do custo de captação na data-base para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos, caso não possuísse o benefício, resultando em R\$ 3.298.

A vigência do benefício é de 14 anos, iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de março de 2015, a Companhia possuía R\$ 21.957 de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental R\$ 18.659.

- ii. ICMS/SC – Crédito Presumido: O Estado de Santa Catarina concede como principal benefício a apropriação de crédito presumido em conta gráfica do ICMS, nas saídas tributadas de produtos industrializados em cuja fabricação tenha sido utilizado material reciclável correspondente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do custo da matéria-prima, realizadas pela Companhia no Estado, de forma que a carga tributária final relativa a operação própria seja

equivalente a 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco décimos por cento) de seu valor (da operação própria), com o objetivo de viabilizar a ampliação da unidade industrial localizada em Vargem Bonita – SC. O investimento previsto é de aproximadamente R\$ 600.000, distribuído ao longo dos próximos 5 anos, e será utilizado para a ampliação da capacidade de produção da fábrica de Papel para Embalagens em 135.000 toneladas/ano e da capacidade da fábrica de Embalagens de Papelão Ondulado em 24.000 toneladas/ano.

- iii. ICMS/MG – Crédito Presumido: O Estado de Minas Gerais concede como principal benefício crédito presumido de ICMS resultando no recolhimento efetivo de 2% (dois por cento) do valor das operações de saída dos produtos industrializados pela Companhia, com o objetivo de viabilizar a expansão da unidade industrial localizada em Santa Luzia – MG. O investimento total estimado é de aproximadamente R\$ 220.000, com início previsto em 2014 e término em 2017. O valor a ser investido será aplicado na modernização e ampliação da capacidade de produção da Máquina de Papel nº 7 (MP 7), e também para a construção de uma nova fábrica de embalagens de papelão ondulado.

34. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o primeiro trimestre de 2015, a Companhia efetuou a aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 123 que foram financiadas diretamente por fornecedores.

Durante o primeiro trimestre de 2014, a Companhia efetuou pagamentos de compras de aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 13.002 que estavam anteriormente financiadas diretamente por fornecedores, e também aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. no valor de R\$ 12.365.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 23 de abril de 2015 em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a proposta de aumento do Capital Social da Companhia mediante a capitalização das contas de reserva legal, no valor de R\$ 2.829, e reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 7.171, que totalizam o montante de R\$ 10.000, passando o Capital Social de R\$ 151.895 para R\$ 161.895, sem emissão de novas ações.